

MENSALÃO

Políticos acusados orientam advogados a não protelar ação, pensando em candidatura em 2010. Valério e outros denunciados alegam inocência e dizem que vão provar na Justiça

Políticos esperam agilidade

FERNANDA ODILLA

Brasília – A ordem dos petistas e parlamentares que agora estão nos bancos dos réus é evitar protelações. Os advogados dos políticos processados querem deixar de lado as manobras para o julgamento chegar ao fim o mais rápido possível. Eles miram em 2010, ano de eleição. Querem candidatar-se com a ficha criminal limpa, sem ações penais no Supremo Tribunal Federal (STF). Os outros acusados, contudo, apostam na lentidão da Justiça, para ver a prescrição dos processos.

Gustavo Badaró, advogado do ex-secretário-geral do PT Silvío Pereira, acredita que haverá um descompasso entre a defesa dos réus com pretensões políticas e os que não estão preocupados com o tempo que o julgamento levará, apenas com a absolvição. O defensor do deputado José Genoíno, Luiz Fernando Pacheco, admite que os políticos vão querer acelerar a ação. “Eu não estou pensando em eleição, quero que a justiça seja feita o mais rápido possível”, ponderou, emendando que não pretende apresentar nenhum recurso, por ora.

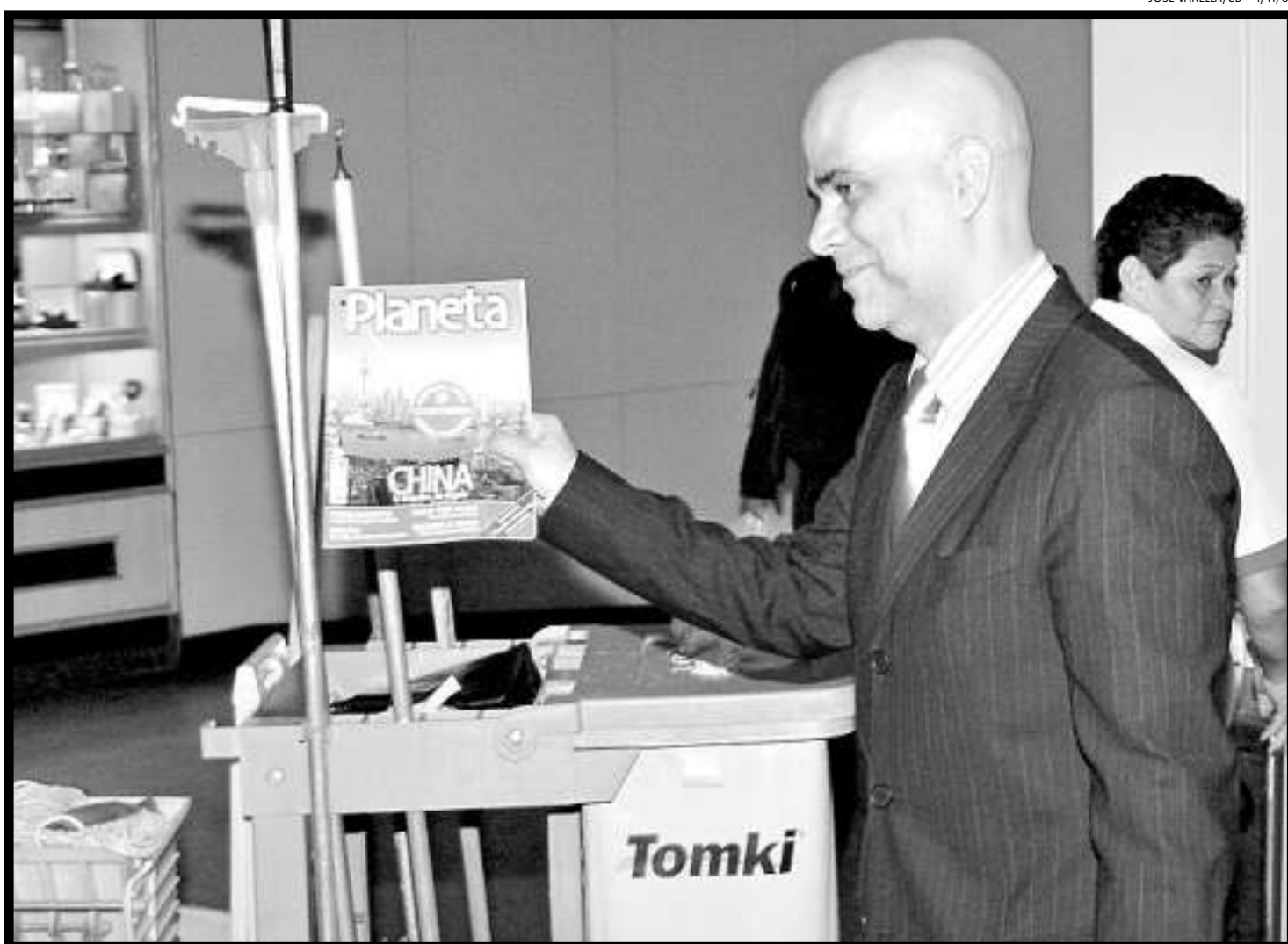
O advogado de José Dirceu também não vai recorrer. José Luís Oliveira Lima defendeu agilidade. “É inegável que não estou satisfeito com o resultado. É preciso respeitar as decisões jurídicas. Sei que ficará provada para a sociedade a inocência do ministro José Dirceu”, disse, logo depois de o STF decidir processar Dirceu por formação de quadrilha.

Em dezembro de 2005, o ex-ministro teve o mandato cassado na Câmara dos Deputados,

ficando inelegível até janeiro de 2011. Sem poder pensar em se candidatar nas próximas eleições para o Congresso, Dirceu pensa na anistia para reaver os direitos políticos. Ser inocentado o mais rápido possível pode facilitar o processo. O ex-ministro pensou até em dar uma coletiva para falar do julgamento. Mas, se depender do advogado dele, Dirceu ficará em silêncio. “Minha determinação é que ele não fale”, disse José Luis.

Arnaldo Malheiros, advogado do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, é outro que promete não adotar nenhum procedimento para tentar atrasar o processo contra o seu cliente. “Não há esperanças de que os crimes vão prescrever. Portanto quanto mais depressa andar, melhor”, esclareceu.

DADOS SIGILOSOS Mas advogados já preparam embargos da decisão do Supremo em aceitar a denúncia do procurador-geral, Antonio Fernando de Souza. Marcelo Leonardo já tem um recurso pronto. Desde o início do julgamento, o advogado de Marcos Valério – apontado como o operador do esquema – insiste em dizer que o MP fundamentou a denúncia em provas ilícitas. Ele argumenta que ofícios do Banco Central foram remetidos antes da autorização do ministro relator Joaquim Barbosa. Em nota, Marcos Valério afirmou que confia na Justiça e que responderá ao processo no STF “nas esferas competentes, sempre que for convocado”. Réu em vários crimes na ação do mensalão, Valério afirma que provará “que não cometeu os atos ilícitos que ora lhe são imputados”.



Tendo o maior número de denúncias aceitas pelo Supremo, Marcos Valério diz que não cometeu os atos ilícitos que lhe são atribuídos

Relator e procurador satisfeitos

Brasília – Três anos depois de deixar a Universidade da Sorbonne para se sentar numa das 11 cadeiras do Supremo Tribunal Federal, o ministro Joaquim Barbosa enfrentou outro desafio: relatar o processo que trata do primeiro grande escândalo do governo do presidente que o escolheu para a mais alta corte do país. Ontem, ao final de cinco dias de julgamento, o ministro foi indagado se o mensalão realmente existiu. A resposta foi curta e um tanto quanto evasiva. “Cada um tira suas conclusões. Meu voto explica bem, de maneira bastante didática, o que estava contido na denúncia e a conclusão que eu

pessoalmente, como relator, tirei”, declarou.

O relator fez questão de dizer que rejeitou os pontos que classificou como genéricos ou frágeis da denúncia. “(O mensalão) vai sair (da minha cabeça) por uns dias, poucos dias”, disse Barbosa que, antes do julgamento, declarou estar dormindo com o mensalão. Por sua vez, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, autor da denúncia, anunciou que vai buscar mais provas contra os réus. Satisfeito com a decisão do STF, que acatou grande parte das acusações, Antonio Fernando de Souza listou 41 testemunhas e não confirmou

se vai convocar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “As testemunhas do Ministério Público já estão arroladas na denúncia e, entre elas, não se encontra a indicação do presidente”, afirmou.

CRÍTICA O procurador afirmou que a decisão dos ministros ficou dentro de suas expectativas. Ele aproveitou para criticar advogados de alguns dos réus. “Eu sempre tive a expectativa de que a denúncia seria aceita. Alguns advogados preferiram, em vez de demonstrar as razões de seus clientes, fazer críticas à denúncia. Certamente, perderam um tempo precioso”, avaliou. (FO)

“Eu sempre tive a expectativa de que a denúncia seria aceita”

Antonio Fernando de Souza, procurador-geral da República

“Queremos que o processo ande logo. Os réus políticos acham que quanto mais rápido a ação penal andar, melhor”

Luiz Fernando Pacheco, advogado do deputado José Genoíno (PT-SP)

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



Quem tem informação sobre política?

Nas discussões sobre política, é muito comum o equívoco de imaginar que todas as pessoas são iguais. Quem, por exemplo, está agora lendo essas notas, pode supor que colunas políticas têm público expressivo, que muitas outras pessoas fazem coisa parecida. Não, caro leitor, saiba que seu caso é raro.

No ano passado, em plena reta final da eleição, fizemos aos entrevistados em pesquisa nacional uma pergunta, sobre se costumavam buscar informação sobre “política, governo, eleições, em geral” ou se não tinham “interesse ou curiosidade sobre política e não procuravam se informar sobre o assunto”. No conjunto do país, pouco mais que 50% disseram que tinham esse costume. Os 45% restantes responderam que não.

Isso é muito e é pouco. É muito, se achamos que

“ninguém se preocupa com isso no Brasil”, que “o povo não quer saber disso” e que apenas uma pequena parte de nossa sociedade se preocupa com o tema. Não é verdade, pois existe um contingente muito relevante que, pelo menos em período eleitoral, diz buscar informação.

É pouco, no entanto, se olharmos quão grande é a proporção da população que fica à margem do processo de informação. Se nem na véspera de uma eleição ela se interessa, o que dizer de épocas normais? Nelas, essas pessoas, muito provavelmente, sequer dão notícia do que se passa com a política e o governo.

A exposição ao tema da maioria dos que procuram informação não pode ser considerada grande. Considerando os diferentes meios que as pessoas empregam na sua busca de informações sobre esses

assuntos, há alguns muito e outros pouco utilizados. Indo do mais ao menos, temos que quase metade desses entrevistados afirmava “assistir, com interesse, as notícias sobre política nos jornais da televisão” todo dia ou, no mínimo, três vezes por semana. No extremo oposto, apenas 6% das pessoas que diziam procurar essas informações “procuravam notícias sobre política na internet” com essa frequência. Ou seja, no caso do jornalismo político na televisão, somente um quarto da população poderia ser considerada uma audiência mais regular e atenta. No que se refere à política na internet, seria assunto habitual para somente 3% da população.

O hábito de ler, com alguma frequência, a “parte sobre política de um jornal de circulação diária de sua cidade ou região” existe apenas para 16% daquela metade que

afirmava buscar informação sobre o tema. Em outras palavras, algo perto de 8% do eleitorado.

Como é de esperar, o hábito varia entre os estratos da sociedade. Mesmo entre pessoas com educação superior, no entanto, não passa de 35% e sequer atinge 10% das pessoas com educação fundamental. Note-se, porém, que chega a 22%, no segmento de menor escolaridade, a proporção dos que, pelo menos uma vez por semana, lêem a parte política de um jornal.

Levando em conta todos os meios pesquisados (conversar com outras pessoas, rádio, revistas semanais, programas de entrevistas na TV, além dos jornais, do jornalismo televisivo e da internet), não mais que 2% da amostra usava todos ou quase todos em base frequente, na sua informação política. A grande maioria ficava apenas com a

TV e apenas mais um, quase sempre o rádio.

Temos um desafio, na consolidação de nosso sistema democrático: aumentar a oferta e a procura de informações sobre política na sociedade. Do modo que estamos, ela é assunto que atinge um contingente que já pode ser considerado importante, mas o faz de forma limitada. A falta da informação ou a desinformação ainda são as regras, que costumam gerar desconfiança, equívocos e preconceitos.

É uma pena que o tema da reforma tenha perdido espaço nos últimos tempos, pois está mais do que na hora de discutirmos esses assuntos, dentre os quais um dos mais urgentes é o papel dos meios de comunicação de massa em nosso sistema político. Daqui a um ano, teremos nova eleição. Essa seria uma boa hora de tratar do tema.

“A exposição ao tema (política) da maioria dos que procuram informação não pode ser considerada grande”